

Métodos e Abordagens sobre o Desenvolvimento: Reflexões críticas

Editado por Deborah Eade e apresentado por Jo Rowlands

Prefácio

Deborah Eade

Devemos reconhecer não só a extensão dos nossos métodos profissionais mas também seus limites. Tem sido dito que a ciência econômica é uma caixa de ferramentas. Mas devemos resisitir a tentação da lei do martelo, segundo a qual um menino com um martelo, acha que vale a pena bater em tudo, não só pregos, mas também vasos Ming. Devemos olhar, como na bem conhecida metáfora, aonde a chave caiu em vez de aonde existe luz. Devemos aprender não só como soletrar “banana” mas também quando parar. Os profissionais, chamados de “quantoides” por um amigo meu, e que estão apaixonados pelas suas técnicas, as vezes esquecem que se não vale a pena fazer uma coisa, não vale a pena fazê-la bem. (Streeten 2002:110)

Este manual investiga algumas das tensões entre as *abordagens* com ampla base em valores que os participantes de *Development in Practice* (desenvolvimento em prática) tendem a defender – sustentáveis, centradas nas pessoas, participativas, que dão poder, transformativas, com igualdade de gêneros, inclusivistas, e assim por diante – e os *métodos e práticas* realmente utilizadas para pôr em prática estas abordagens. Como veremos nos ensaios incluídos neste volume, algumas destas tensões são criativas, outras nem tanto.

Enquanto agências de desenvolvimento não são nunca monolíticas, e muitas vezes acomodarão visões concorrentes e até dissonantes, suas políticas e práticas, entretanto, refletem sua compreensão fundamental da sua missão de desenvolvimento, ou o “imperativo humanitário”. Façam ou não isto explícito, estas agências basicamente subscrevem a uma missão normativa: isto é, elas têm uma ideia de como o mundo deveria ser, sabem o que acreditam ser “errado” com o *status quo*, e decidem como melhor empregar seus recursos para melhorar as coisas. Os princípios subjacentes que governam a abordagem tomada por uma agência raramente mudam dramaticamente através dos anos, embora evoluam ao longo do tempo; por contraste, os métodos e ferramentas utilizados para levar aqueles à prática mudarão mais do que provavelmente, freqüentemente e às vezes abruptamente, em resposta a novas ideias, modas ou pressões dos patrocinadores. Estas dinâmicas podem produzir discrepâncias relativamente triviais entre o que uma organização diz e o que faz, mas se não bem atendidas podem levar a um “estresse de função” ou a mais sérias discordâncias entre suas crenças sobre si mesma, suas pessoas públicas, e as direções em que sua atividade na prática está levando-a.

Existem tres posições contrastantes a respeito dos métodos e ferramentas utilizados pela indústria do desenvolvimento a nível de projetos, em oposição à forma em que políticas evoluem e são articuladas por agências específicas. A primeira é tratá-las como se fossem alternativas sem valor político, o que confere “objetividade” ou talvez algum tipo de respeitabilidade acadêmica ao praticante e suas observações. Como resultado é bastante possível para uma agência afirmar que políticas de desenvolvimento são inerentemente baseadas em valores, e ao mesmo tempo adotar implicitamente uma visão tecnocrática das ferramentas que utiliza no terreno.

A segunda é ver métodos e ferramentas específicas como sendo parte das “agendas ocultas” das organizações que estavam originalmente associadas ou que agora as promovem, e portanto nem remotamente neutrais. Nesta leitura às vezes bastante conspiratória, uma ferramenta que se originou, por exemplo, no setor das corporações, está inerentemente “contaminada” pela marca de fim lucrativo que leva, e é portanto inadequada para ser utilizada pelo setor sem fins lucrativos. Entre algumas organizações do Sul, isto pode acontecer, por exemplo, vendo análise de gênero como uma tentativa de “impor” uma visão “feminista ocidental”. Entre ONGs do Norte em particular, incômodas com a estrutura lógica (“logframe”), ou com métodos de manejo derivados do Novo Manejo Público (New Public management-NPM), se vê muitas vezes uma declarada preferência por métodos de “baixo pra

cima”, ou “participativos”, e uma preocupação com uma “contabilidade pra baixo”, que aponta aos beneficiários da assistência da agência, mais do que contabilidade aos doadores.

A terceira e provavelmente mais comum posição (parafrazeando o ensaio introdutório deste Manual) é aquela de um ecletismo pragmático mas não muito rigoroso – as agências utilizam o que querem do *smorgasbord* de ferramentas e métodos disponíveis, e deixam de lado os pedacinhos que não lhes agradam. Isto lhes permite escolher e mixar em resposta às demandas ou preferências locais, mais do que seguir uma única linha inflexível. Porém, pode também levar a formas um tanto vazias, como “planejamento estratégico do fundo pra cima e do topo pra baixo,... estruturas lógicas participativas,... (ou) avaliação de impacto participativa ao lado de signos, indicadores e metas estabelecidas por (agências externas)” (Wallace 2000: 37). É uma vez que a conexão entre os métodos e os valores que os informam se quebra, ou se os mesmos métodos são pobremente compreendidos ou mal aplicados como resultado, a abordagem como um todo se torna incoerente e sem direção.

O que nos traz a questão das abordagens. Neste assunto, as agências de desenvolvimento tendem a ser mais descritivas que analíticas- se sentem melhor afirmando que promovem desenvolvimento “sustentável” ou “baseado em direitos” do que explicando o que acreditam que seja desenvolvimento, ou a qual (se há alguma) teoria se subscrevem. Até um certo ponto, agências assim podem se justificar argumentando que seu propósito é sair e mudar o mundo, não ficar sentado e teorizar sobre isto. Algumas podem acrescentar que a era das “grandes teorias” se fechou em qualquer caso com a queda do Muro de Berlim. Mas não é sábio divorciar ação de teoria, ou ignorar a bagagem ideológica que métodos específicos trazem consigo. Fazer isto é arriscar “despolitizar o desenvolvimento” (White 1996). No seu ensaio introdutório a um título anterior desta série, *Desenvolvimento, ONGs, e Sociedade Civil*, Jenny Pearce ilustrou sobre os profundos perigos de ignorar a política maior em jogo e de basear a ação em suposições implícitas, em vez de em análise crítica. Tomando parte com aqueles que acreditam que o desafio para o futuro não é intelectual mais sim a solução de problemas, ela escreveu:

...Eu argumentaria que há um sério desafio intelectual, e que resolve-lo é tão importante como lograr ter a praxe e as atitudes corretas. Pode não ser um problema empírico de pesquisa em si, mas se trata de aonde finalmente as ONGs decidem se colocar no sistema global. Isto gera perguntas nem abstratas nem teóricas, mas questões centrais, como: o que e para quem é o seu trabalho? Além de outros resultados, o fracasso em fazer tais perguntas levou ao falso consenso lingüístico dos anos 90s, e sendo algo duro, a uma confiança intelectualmente preguiçosa numa série de conceitos e palavras como substituto ao pensamento. Isto têm enfraquecido e confundido a prática e, eu discutiria, contribuído à presente crise de legitimidade no setor das ONGs. (Pearce 2000: 32)

Concluiu que “tornando as suposições explícitas é uma forma de identificar diferenças, clarear opções, e finalmente promover o debate e a cooperação entre pessoas que estão comprometidas de alguma forma a construir um mundo melhor”(Pearce 2000: 40)

Certamente pôde se fazer um caso muito plausível, como recentemente fez Thomas Dichter (2003), de que uma razão fundamental pela qual agências de ajuda encontram tão difícil fazer explícito seu entendimento de desenvolvimento e que sua própria sobrevivência institucional depende do *status quo*, e em conduzir seus assuntos de forma mais ou menos usual. Enquanto organizações de desenvolvimento tem proliferado no mundo todo, aqueles que tenham *deliberadamente* saído do trabalho podem ser provavelmente contadas com os dedos de uma mão. Se as desigualdades globais estão se aprofundando ao se expandir a indústria do desenvolvimento, vale a pena ao menos perguntar, como Arturo Escobar e outros pensadores pós- desenvolvimento se “o problema” será alguma vez atendido por “mais do mesmo”, ou se se precisa re-pensar mais radicalmente sobre a função da cooperação internacional.

Seja como for, agências de desenvolvimento estão aqui para ficar no futuro predecível, e por isso é obviamente importante que tenham princípios e sejam profissionais, em vez de expeditivas e amadoras. Com efeito, considerável progresso tem sido feito nas duas últimas décadas na elevação dos níveis no campo humanitário e do desenvolvimento. Há uma diferença entre abordagens sobre desenvolvimento cegas ao gênero e sensíveis ao gênero, tanto como há uma diferença entre aplicar abordagens “ao pé da letra” que não levam em conta visões locais e buscar colocar nossos recursos à disposição de pessoas

em desvantagem no seu próprio esforço para mudar sua qualidade de vida. O argumento real colocado pelos participantes deste manual e reforçado no ensaio introdutório por Jo Rowlands, e que enquanto técnicas e métodos por si sós não resultam numa abordagem coerente, crenças sobre desenvolvimento tem pouco valor sem as habilidades necessárias para colocá-las em prática, e a sabedoria e humildade necessárias para aprender da experiência.

Referências

Dichter, Thomas (2003) *Despite Good Intentions: Why Development Assistance to the Third World has Failed*, Amherst, MA: University of Massachusetts Press.

Pearce, Jenny (2000) 'Development, NGOs, and civil society: the debate and its future' in Deborah Eade (ed.) *Development, NGOs, and Civil Society*, Oxford: Oxfam.

Streeten, Paul (2002) 'The Universe and the University', *Development*45(3)107-12.

Wallace, Tina (2000) 'Development management and the aid chain: the case of NGOs' in Deborah Eade, Tom Hewitt, and Hazel Johnson (eds.) *Development and Management: Experiences in Value-based Conflict*, Oxford: Oxfam.

White, Sarah C. (1996) 'Depoliticising development: the uses and abuses of participation', *Development in Practice* 6(1) 6-15 .